

“Imigrantes e colonização”: Expansão territorial da colônia Guaporé (Rio Grande do Sul) para o oeste catarinense e particularidades na colônia Porto Novo

*Marinilse Marina Busato^I
Leandro Mayer^{II}*

Resumo: Este trabalho apresenta os principais fatores que conduziram as emigrações para o Brasil, italiana no Rio Grande do Sul, e alemã no oeste de Santa Catarina, que, apesar de provirem da Europa, possuíam características distintas. Assim, pretende-se discorrer sobre a expansão de determinadas famílias de imigrantes comerciantes para o oeste de Santa Catarina, motivadas principalmente pelo custo benefício na aquisição de terras no estado catarinense. Como contraponto, apresentamos o caso da colônia Porto Novo em Santa Catarina, caracterizada pela colonização alemã, e que recebeu os primeiros imigrantes alemães em 1930, mas passa por um processo de retorno destes imigrantes para Alemanha.

Palavras-chave: imigração, italianos, Rio Grande do Sul, Santa Catarina.

"Immigrants and colonization": territorial expansion of the Guaporé colony (Rio Grande do Sul) to the west of Santa Catarina and particularities in the colony of Porto Novo.

Abstract: This paper presents the main factors that led to emigration to Brazil, Italian in Rio Grande do Sul, and German in the west of Santa Catarina, which, although coming from Europe, had different characteristics. Thus, it is intended to discuss the expansion of certain families of immigrant traders to the west of Santa Catarina, motivated mainly by the cost benefit in the acquisition of land in the state of Santa Catarina. As a counterpoint, we present the case of the Porto Novo colony in Santa Catarina, characterized by German colonization, which received the first German immigrants in 1930, but goes through a process of return of these immigrants to Germany.

Keywords: immigration, Italians, Rio Grande do Sul, Santa Catarina.

Artigo recebido em 06/02/2018 e aprovado em 21/03/2018.

**“IMIGRANTES E COLONIZAÇÃO”: EXPANSÃO TERRITORIAL DA COLÔNIA
GUAPORÉ (RIO GRANDE DO SUL) PARA O OESTE CATARINENSE E
PARTICULARIDADES NA COLÔNIA PORTO NOVO**

MARINILSE MARINA BUSATO
LEANDRO MAYER

Considerações iniciais

A Lei de Terras de 1850 estabelecia os critérios para a estruturação das colônias agrícolas, assim como a legitimação das sesmarias existentes. A partir de então, o acesso à propriedade da terra seria por meio da compra. Desse modo, com a colonização, que se intensificou na segunda metade do século XIX, diversas famílias de europeus alemães e, depois, italianos partiram tendo como destino o sul do país, que era composto, além da região da campanha e do planalto médio, pela serra, formada por terras acidentadas de difícil acesso e povoadas por grande número de indígenas^{III}. As terras foram fatiadas em léguas quadradas, linhas e travessões, sendo ocupadas por esse novo contingente de europeus, que passaram a produzir nesses lotes familiares, remodelando o regime de trabalho, e impulsionando a economia rio-grandense.

Os primeiros italianos foram encaminhados inicialmente, para as colônias de Conde d'Eu, Dona Isabel e Campo dos Bugres, sendo que a maior leva de imigrantes *italos* era oriunda da região do Vêneto, um território fronteiriço e marcado por longos conflitos com outros países. A conflituosa região agrária do Vêneto^{IV}, anexada em 1866 à Itália, pobre, multifacetada e composta pela população contrária a proibição de suas práticas e costumes, dominadas por aquilo que se considerava *o inimigo, o outro, o diferente*, que “sugava” o pequeno lucro de sua produção, aliada à propaganda emigracionista para o *eldorado*^V, propiciou uma emigração em massa para o Brasil, sendo mais intensa em meados do século XIX. Essas pessoas partiram do seu *paese*^{VI}, carregando consigo a esperança de melhorar a vida, e mais ainda: de conseguir adquirir terras. Portanto, dentre a grande leva de imigrantes instalados na parte mais meridional do país, é evidente que diversos europeus conquistaram a tão almejada ascensão social, sendo assim, imigrantes caracterizados inicialmente como camponeses e/ou colonos, também desempenhavam o papel de comerciantes nas colônias agrícolas situadas no sul do país.

Da mesma forma, a Alemanha enfrentava grave crise socioeconômica, e muitos imigrantes que haviam vivenciado o horror da Primeira Guerra Mundial, no início do século XX, viam na emigração mais tardia para o Brasil a oportunidade de tornarem-se proprietários de terras, isto, aliado ao medo de uma futura guerra, levou a certa credibilidade da propaganda emigracionista, principalmente pela oportunidade de uma vida economicamente mais próspera na América.

No início do século XX, a terra possuía valor central, e muitos comerciantes passaram a investir na compra e venda de terras, agregando mais um ramo lucrativo ao negócio, já que “o fascínio da propriedade era quase que irresistível para o imigrante”^{VII}. Nesse aspecto, as empresas de colonização, atuantes na região, valiam-se de imigrantes e descendentes para intermediação e venda de terras.

Portanto, este artigo tem por objetivo demonstrar, a grosso modo, como ocorreram as ocupações territoriais no Rio Grande do Sul e como essas ocupações expandiram-se principalmente da colônia Guaporé para parte do oeste de Santa Catarina, e ainda, apontar que os próprios imigrantes quando possuidores de “capital de giro” investiram em compra e venda de terras em locais mais favoráveis economicamente, e ainda, passaram a trabalhar como agentes das colonizadoras e sub colonizadoras. Em contrapartida, a colônia catarinense de Porto Novo, não apresentou

**“IMIGRANTES E COLONIZAÇÃO”: EXPANSÃO TERRITORIAL DA COLÔNIA
GUAPORÉ (RIO GRANDE DO SUL) PARA O OESTE CATARINENSE E
PARTICULARIDADES NA COLÔNIA PORTO NOVO**

MARINILSE MARINA BUSATO
LEANDRO MAYER

uma expansão migratória, ao contrário, caracteriza-se por uma migração de retorno para Europa. Para tal análise fizemos uso da metodologia da micro-história italiana, averiguando os fatos através da lente microscópica, entrecruzando fontes, buscando indícios e estudando o local, as famílias específicas, apenas porque nos interessavam as perguntas gerais^{VIII}.

Atingimos, conseqüentemente, um cenário muito mais complexo, graças ao uso de detalhes minuciosos, como os laços de compadrios, que nos levaram a pontos centrais e pouco analisados na historiografia referente à imigração urbana no Rio Grande do Sul e de “retorno” para Alemanha, no caso do oeste de Santa Catarina. Ainda, considerando a história oral como uma metodologia, fizemos seu uso, associada ao enfoque da micro-história.

Imigrantes italianos no Rio Grande do Sul

O maior fluxo emigratório para o Rio Grande do Sul abrange o período entre 1876 e 1901, sendo que os imigrantes que chegaram ao Brasil depois de 1854 tiveram que pagar pelas terras adquiridas, ainda que, no ano de 1867 tivesse sido criado um novo regulamento que estimulava a emigração mediante algumas vantagens, entre elas o pagamento da terra que poderia ser feita em até dez anos, a gratuidade da viagem do Rio de Janeiro até o lote colonial, além de auxílio para os recém-chegados e assistência médica e religiosa por doze anos. Em função do grande número de imigrantes que direcionava-se para a região Sul, o acordo foi suspenso e manteve-se apenas o crédito para aquisição de terras e 15 dias de trabalho para a abertura de estradas.

A historiografia referente à colonização italiana no Rio Grande do Sul trabalha com quatro períodos principais, divididos com a seguinte cronologia:

Período	Início-término	Eventos
<i>Primeiro</i>	1870-1884	Fundação das colônias Cond'Éu, Dona Isabel, Nova Palmira e Silveira Martins
<i>Segundo</i>	1884-1894	Surgimento das Colônias de Alfredo Chaves e Antônio Prado
<i>Terceiro</i>	1892-1900	Circulação de imigrantes e seus descendentes, fundação da Colônia de Guaporé e o desenvolvimento de outras colônias particulares
<i>Quarto</i>	Inicia em 1880, ênfase em 1900-1920	Imigração atinge a região do Alto Uruguai, e por toda a região Norte do Rio Grande do Sul

**“IMIGRANTES E COLONIZAÇÃO”: EXPANSÃO TERRITORIAL DA COLÔNIA
GUAPORÉ (RIO GRANDE DO SUL) PARA O OESTE CATARINENSE E
PARTICULARIDADES NA COLÔNIA PORTO NOVO**

**MARINILSE MARINA BUSATO
LEANDRO MAYER**

Além disso, consideramos pertinente destacar que os interesses relativos à emigração para o Brasil possuíam características distintas. Em São Paulo, a chegada de imigrantes italianos representava a substituição gradual da mão de obra escrava nas lavouras de café. Já no Rio Grande do Sul, o processo foi colonizatório, ou seja, com o objetivo de formar, em pequenos lotes, colônias agrícolas essenciais para a produção de gêneros alimentícios, além da defesa da fronteira, e do “branqueamento” da população.

À vista disso, fica evidente que o chamamento da propaganda emigracionista para o Brasil, era pensado com interesses específicos. Logo, os imigrantes com melhores condições financeiras foram encaminhados para o sul do país, com o intuito de comprar terras, mas permanecer longe dos grandes latifúndios.

Os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul rapidamente se inseriram na vida local. Em sua maioria eram camponeses, mas logo surgiram os comerciantes, o que não significa que era comum que a maioria dos pequenos produtores rurais obtivessem ascensão social e ocupassem esse ofício, pois a maior leva de colonos já possuíam família constituída e diversos filhos. Não possuíam, portanto, “capital de giro” suficiente para adquirirem comércio através da venda de sua produção, já que os lotes de terras não eram divididos como grandes latifúndios, sendo a intenção governamental fazer uso da economia da pequena propriedade, que sabemos pelas vias históricas, nem sempre bastava para o sustento familiar, e fazia com que os imigrantes acabassem por repetir o cenário já vivenciado na Europa, ou seja, partir em busca de novos trabalhos para complementar a renda. Fosse através da manutenção das estradas, ou como empregados carreteiros^{IX}, no caso das mulheres elaborando artesanato, enfim, tudo estava diretamente ligado à dependência do comerciante, pois era dele que o restante da comunidade dependia, tanto para venda quanto para a compra de produtos que não produziam. Referente à Lei 1850.

Essa lei estabelece as normas que regem a colonização italiana no Rio Grande do Sul, definindo uma política de criação de pequenas propriedades rurais, sem o uso do trabalho escravo. Contudo, a área dos lotes não seguiu a lei; uma vez que os colonos italianos compraram lotes que variavam de 10 a 70 ha, a maior parte entre 10 e 30 ha. Por outro lado, a obrigação do pagamento da propriedade da terra, e o reembolso do auxílio inicial de sementes, ferramentas, etc. formaram a dívida colonial do imigrante, cingindo-o desde sua instalação ao mundo da mercadoria^X.

Apesar das dificuldades, alguns imigrantes italianos, que não trabalhavam isoladamente com o cultivo da terra, passaram a se dedicar ao comércio, alcançando uma condição financeira mais favorecida, e assim conquistando certo destaque e influência nas comunidades onde viviam. Desta forma, famílias de comerciantes, inicialmente instaladas no Rio Grande do Sul, na ex-colônia de Guaporé^{XI}, passaram a desempenhar forte papel como agentes das colonizadoras e sub colonizadoras, vendendo ou até mesmo revendendo terras para demais imigrantes e descendentes na região oeste do estado de Santa Catarina.

**“IMIGRANTES E COLONIZAÇÃO”: EXPANSÃO TERRITORIAL DA COLÔNIA
GUAPORÉ (RIO GRANDE DO SUL) PARA O OESTE CATARINENSE E
PARTICULARIDADES NA COLÔNIA PORTO NOVO**

MARINILSE MARINA BUSATO
LEANDRO MAYER

Imigrantes italianos e o oeste de Santa Catarina

No decorrer dos anos 1920, o Brasil passa por uma grande campanha intitulada “a marcha para o oeste”. Vargas, então ministro da fazenda, planejava com esse movimento a ocupação do território oeste de Santa Catarina por meio da colonização. À vista disso, empresas ítalas e teutas foram responsáveis pelo grande número de europeus e descendentes instalados naquele território. Através da ocupação territorial, visava-se à defesa das fronteiras, o que, além de inúmeras outras consequências, conseguia incorporar o espírito nacional ao estadual.

Frisamos que o oeste de Santa Catarina era contemplado pela Mata de Araucária, mais um chamativo para a colonização, o que resultou na instalação de diversas serrarias e madeireiras que serviam para a fabricação de embarcações, imprescindíveis para o comércio com a Argentina, especialmente, através do rio Uruguai, que transpassa o país “da Prata”.

Os compradores das terras eram principalmente de Guaporé, Veranópolis, Fagundes Varela, Antônio Prado, Getúlio Vargas, entres outros municípios do Rio Grande do Sul. Dentre as principais famílias de nosso estudo, envolto em redes sociais e de compadrios, podemos citar: Busato, Tissiani, Bernardi e Lunardi, que além de desempenharem papéis de comerciantes e industrialistas, passaram a exercer influência na política e ocupar importantes cargos administrativos no oeste catarinense.

Nesse contexto da colonização do oeste catarinense, nos deparamos com a figura de Hermínio Tissiani, que era casado com Itália Busato, filha do também comerciante da ex-colônia de Guaporé Albino Alberico Busato, cuja parte da família transfere-se em 1934 para o oeste de Santa Catarina, onde passa a investir no ramo madeireiro. Hermínio Tissiani nascido em junho de 1908, em Guaporé, mais especificamente na Linha Sexta. Itália Busato nasceu no distrito de Casca, também pertencente a Guaporé, em 1914, e pertencia ao mesmo círculo de amigos da família Lunardi.

A formação e aprendizado de Hermínio Tissiani com o comércio aconteceu desde cedo, pois era filho do comerciante José Tissiani, que possuía entre diversos empreendimentos, fábrica de queijo^{XII}, este fator associou-se ao ofício da política, já que assumiu a presidência do Instituto Nacional do Pinho em 1961. Nesse contexto, Radin e Salini (2015), comentam:

Na sua criação, pelo Decreto Lei nº 3.124, previa-se que seriam representados no Instituto, os Governos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”, englobando a região de maior concentração do pinheiro. Com essa iniciativa, a princípio, o governo pretendia que a atividade ficasse sob os olhares do órgão fiscalizador central, buscando um maior controle. Apesar de o governo buscar um maior controle sobre a atividade, defendendo que a função do INP era de regulamentar e controlar os produtores e comerciantes da madeira na região^{XIII}. [...].

Uma vez que Hermínio Tissiani era responsável, através do INP^{XIV}, de regularizar e controlar as madeireiras, fica evidente que os laços de amizade iniciados com a família Lunardi em Guaporé prosseguiram no oeste de Santa Catarina. Chamamos atenção a postura complacente do governo com a presidência do INP, ocupada por

“IMIGRANTES E COLONIZAÇÃO”: EXPANSÃO TERRITORIAL DA COLÔNIA GUAPORÉ (RIO GRANDE DO SUL) PARA O OESTE CATARINENSE E PARTICULARIDADES NA COLÔNIA PORTO NOVO

MARINILSE MARINA BUSATO
LEANDRO MAYER

um industrialista do ramo madeireiro. Segundo relatos da família Busato, era tal a confiança depositada em Hermínio Tissiani por Leonel Brizola e João Goulart (responsável pela criação do INP e cunhado de Brizola), que Tissiani era o responsável por acolher Brizola durante as crises políticas no país.

Assim, buscamos mostrar parte da teia de relações que chegaram aos empreendimentos catarinenses. Para isso será necessário retomarmos a questão dos matrimônios, a fim de demonstrarmos novamente os nós das famílias centrais de nossa análise, vale salientar que no caso da madeireira Lunardi, focaremos nas conexões mais evidentes.

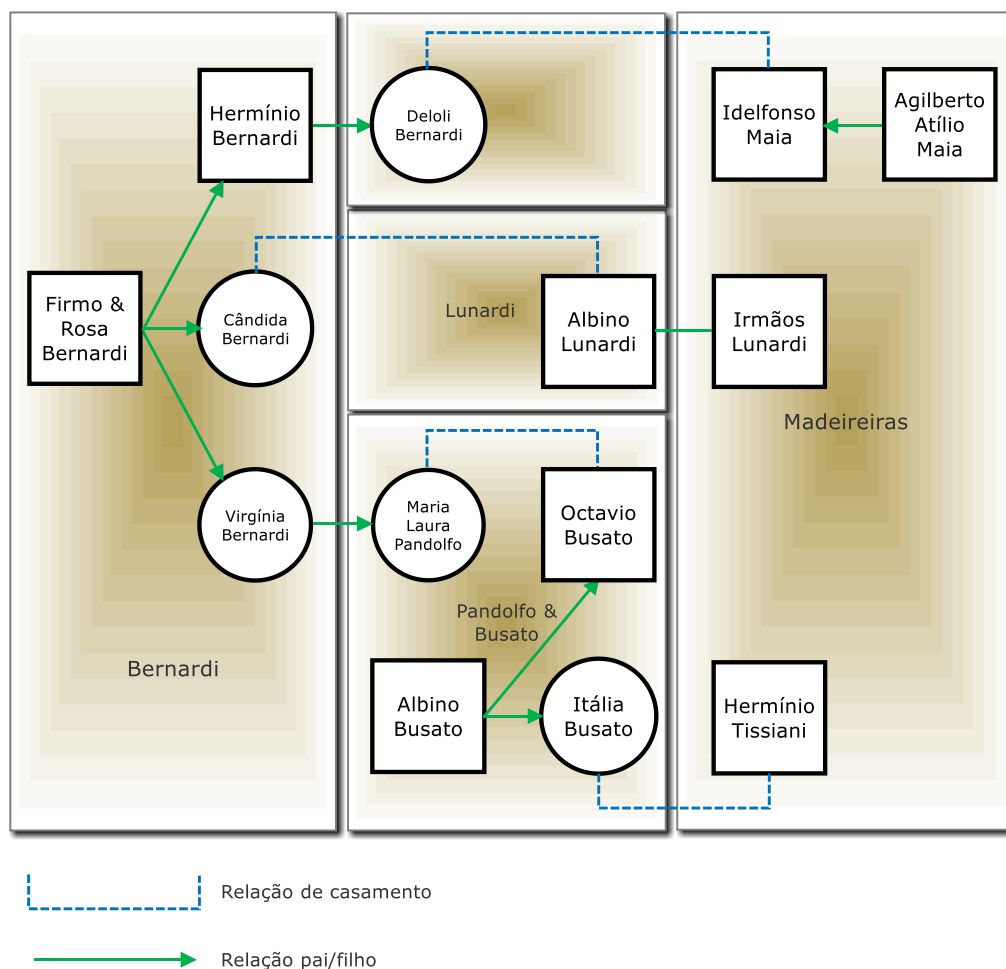


Figura 01: Diagrama de relações com as madeireiras

Valdirene Chitolina (2008) trata em seu trabalho, *Interfaces da colonização do oeste catarinense: a antiga fazenda Rodeio Bonito (1920 - 1954)*, sobre os irmãos da família Lunardi, que fundaram a “sub colonizadora Irmãos Lunardi”, adquirida em 1920 da colonizadora Bertaso, Maia & Cia Ltda, com um extenso território no oeste catarinense, chamado Fazenda Rodeio Bonito. A partir disso, os irmãos Lunardi expandiram negócios e ampliaram seu capital com madeireira, comércio, política e associações.

**“IMIGRANTES E COLONIZAÇÃO”: EXPANSÃO TERRITORIAL DA COLÔNIA
GUAPORÉ (RIO GRANDE DO SUL) PARA O OESTE CATARINENSE E
PARTICULARIDADES NA COLÔNIA PORTO NOVO**

MARINILSE MARINA BUSATO
LEANDRO MAYER

A fazenda Rodeio Bonito era formada por terras devolutas (28.820 - 30 ha), localizadas no município de Chapecó (abrangia diversos distritos que foram se emancipando, entre eles Xaxim), concedidas pelo Estado de Santa Catarina à Bertaso, Maia & Cia Ltda, como forma de pagamento pela construção da estrada de Passo Goio-En a Passo dos índios^{XV}.

Fica explícita a influência nas relações políticas, sociais e econômicas dos imigrantes italianos que inicialmente instalaram-se no Rio Grande do Sul. Associados a figuras políticas importantes da época, perceberam na colonização do oeste de Santa Catarina a oportunidade de melhoria socioeconômica, seja através da aquisição de terras, ou da indústria da madeira, já que no Rio Grande do Sul o valor dos territórios havia se tornado muito elevado, e a madeira escassa, bem como a oportunidade de adentrar na política. O que nos interessa é mostrar como os mesmos personagens de nossa pesquisa surgem em outros cenários, sempre unidos através de negócios.

Guaporé era ponto central para o encontro de comerciantes que saíam dos distritos, passando pela sede, e seguindo para o porto de Muçum, que funcionava como polo para compra e venda de diversas mercadorias, tanto para abastecer o mercado interno da colônia, quanto para direcionar os produtos cultivados para outras localidades. Por conseguinte, os comerciantes da colônia se conheciam e interagem, formando laços de amizade que transformaram-se em associações de negócios e matrimônios.

Essa rede de comerciantes adentrou a esfera política, expandindo sua influência e negócios para além da fronteira rio-grandense. Como exemplo disso, podemos citar as madeireiras no oeste de Santa Catarina, e envolver nesse cenário nossas principais famílias analisadas, já que ocorreram diversas trocas de alianças que agregaram outras pessoas que também faziam parte do quadro econômico da região.

Além disso, a movimentação dos imigrantes italianos inicialmente fixados na ex-colônia de Guaporé em direção ao oeste de Santa Catarina mostra que souberam articular os laços de compadrio, com a compra e venda de territórios, como é o caso da família Lunardi, adquirente de um extenso território da colonizadora Bertaso, Maia & Cia Ltda. O que torna evidente que os enlaces ultrapassaram a questão matrimonial. Além disso, a presidência do Instituto Nacional do Pinho e os cargos ocupados pelos imigrantes italianos no estado de Santa Catarina, deixam clara a visão econômica dos imigrantes. No Rio Grande do Sul, o alto custo agregado à compra de terras, e a escassez de territórios e de madeira fazem surtir o efeito da marcha para o oeste, em que visavam a agregar valor socioeconômico às terras e madeireiras.

Da Alemanha ao núcleo de Linha Presidente Becker

Como contraponto à imigração italiana no sul do Brasil, apresentamos um estudo de caso sobre o povoamento do núcleo de Linha Presidente Becker, situada no interior do Projeto de Colonização Porto Novo. Esta Linha recebeu exclusivamente alemães natos – *Deutschländer*.

O empreendimento denominado Porto Novo^{XVI}, implantado em 1926 originou um núcleo étnico e religioso homogêneo no extremo oeste de Santa Catarina, alicerçado no germanismo e catolicismo. A colonização foi planejada, organizada e promovida

**“IMIGRANTES E COLONIZAÇÃO”: EXPANSÃO TERRITORIAL DA COLÔNIA
GUAPORÉ (RIO GRANDE DO SUL) PARA O OESTE CATARINENSE E
PARTICULARIDADES NA COLÔNIA PORTO NOVO**

MARINILSE MARINA BUSATO
LEANDRO MAYER

pela *Volksverein für die Deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul* – Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul, fundada em 1912 pelos jesuítas alemães de São Leopoldo, RS^{XVII}. Entre os colonos, era conhecida simplesmente como *Volksverein* – Sociedade União Popular.

A fundação da colônia Porto Novo está associada ao desejo de criação de um núcleo que possibilitasse a reprodução étnico-confessional, sendo este, “o primeiro prolongamento da colonização teuto-brasileira católica do Rio Grande do Sul em Santa Catarina”^{XVIII}, e o “palco de uma das organizações coletivas mais fechadas de que se tem conhecimento no Brasil”^{XIX}; recebendo migrantes das colônias velhas do Rio Grande do Sul e imigrantes “natos” – *Detschländer*, que se estabeleceram principalmente na Linha^{XX} Presidente Becker.

Uma grande área de terra ainda não loteada situava-se ao longo do rio Peperi-Guaçu. Em 1927, a empresa Colonizadora Chapecó-Pepery, proprietária do lote e que passava por dificuldades financeiras, ofereceu as terras para a *Volksverein* – ou ela faria a aquisição ou seria comercializada para outro empreendimento. Essa possibilidade de venda para outro empreendimento não foi bem vista pelas lideranças da *Volksverein*, que acreditavam que tal proximidade com elementos estranhos à cultura e confissão religiosa seria uma ameaça para a colonização Porto Novo^{XXI}.

Qual a diferença da comunidade de Linha Presidente Becker com o restante da colônia Porto Novo? A diferença consiste na ocupação: as demais comunidades de Porto Novo receberam migrantes das colônias velhas do Rio Grande do Sul, principalmente – o que não quer dizer que não tenham recebido algum morador imigrante. Se receberam, foi em pequeno número, já a comunidade de Linha Presidente Becker praticamente concentrou os imigrantes alemães – aqueles vindos da Alemanha, em número superior de trinta famílias, que deixaram a Alemanha no contexto do após Primeira Guerra Mundial.

É importante mencionar que, as companhias colonizadoras – entre elas a *Volksverein* – mantinham escritórios na Alemanha no intuito de recrutar estrangeiros para povoar as regiões de colonização do sul do Brasil. Existiam diversas colônias no sul do Brasil, para as quais, as companhias colonizadoras procuravam recrutar emigrantes. “É necessário considerar que muitos desses empreendimentos fracassaram e muitos colonos enfrentaram situações adversas, sendo enganados pela propaganda que colocava a “América como um lugar ideal”^{XXII}. O que podemos presumir é que as propagandas sobre as colônias de alemães no Brasil, especialmente aquelas do sul do país, foram decisivas para a vinda de muitos europeus, especialmente alemães.

A possibilidade de alguém se tornar agricultor (*Kolonist*) no Brasil é vista com bons olhos na Alemanha, especialmente por se acreditar que a agricultura podia garantir o sustento familiar, de modo que para estes jovens desesperados, a perspectiva de se tornarem agricultores no Brasil transformou-se uma esperança real e uma meta. Por outro lado, “jovens cultos, de várias classes, no alvorecer de uma nova espiritualidade, começam a duvidar da vida na cidade e passam a ver a vida do camponês livre, em meio e junto com a natureza, como único sentido real e profissão do futuro”^{XXIII}.

Contudo, a vinda de *Detschländer*, como agricultores sem conhecimento do ofício da agricultura, fez com que muitos passassem por grandes dificuldades e anos mais tarde retornassem, principalmente por não se adaptarem à atividade agrícola.

**“IMIGRANTES E COLONIZAÇÃO”: EXPANSÃO TERRITORIAL DA COLÔNIA
GUAPORÉ (RIO GRANDE DO SUL) PARA O OESTE CATARINENSE E
PARTICULARIDADES NA COLÔNIA PORTO NOVO**

MARINILSE MARINA BUSATO
LEANDRO MAYER

A fusão de uma propaganda promissora com uma situação caótica na Alemanha acabava servindo de chamariz para aqueles que já haviam passado por uma guerra mundial e não pretendiam enfrentar uma outra guerra e as suas consequências. Como exemplo, citamos a família Dietz, que emigrou da região de Mecklenburgo para a Linha Presidente Becker atraída pela propaganda emigracionista. De acordo com Maria Dietz, "eles não queriam mais participar de outra guerra, então fugiram, não queriam estar lá quando estourasse outra. O meu sogro havia participado de toda a Primeira Guerra e não queria mais participar de nenhuma outra"^{XXIV}.

Situação idêntica foi a da família Kuck, natural da antiga Prússia Oriental, que emigrou com destino certo: a colônia de Porto Novo/ Itapiranga, em Santa Catarina. Maria Lúcia Goerck, uma das quatro filhas do casal Josef e Ana Kuck, relembra que seu pai era fotógrafo e relojoeiro na Alemanha, e que o casal, ainda sem filhos, em 1934, foi atraído pela "Volksverein, que colocou propaganda na Alemanha dizendo que aqui era o paraíso. Só que não era bem assim e se eles pudessem teriam voltado". Maria relembra que todos "vieram por causa da propaganda da Volksverein, dos problemas econômicos que a Alemanha estava atravessando após a Primeira Guerra Mundial e o medo de acontecer uma outra guerra".

Nos dois exemplos apresentados, encontramos alguns pontos em comum: ambos emigraram da Alemanha para o Brasil, se estabeleceram na colônia Porto Novo da Volksverein e se fixaram no núcleo de Linha Presidente Becker. Em ambos os casos, as famílias têm perfil de emigrantes urbanos e foram atraídas pela propaganda disseminada pela empresa colonizadora. Além da promessa do "paraíso" que encontrariam na colônia alemã do Brasil, deixaram a Europa por medo de novo conflito bélico.

Por si só, a colônia Porto Novo já era uma colonização fechada, reservada para alemães católicos e a partir de então, dentro da colônia que já apresentava fortes características de homogeneidade étnica e religiosa, implanta-se um núcleo, um nicho, que se diferencia do restante da colônia. Percebe-se, portanto, que a colonização Porto Novo começa a apresentar características bastante peculiares e gradativamente o núcleo de Linha Presidente Becker se fecha em torno de seus moradores.

Apesar dos esforços por parte da colonizadora Volksverein em dar estrutura e suporte aos *Deutschländer*, muitos destes imigrantes, cerca de 25% destes, deixaram a colônia Porto Novo e retornaram à Alemanha nos anos 50 e 60. A razão principal foi a não adaptação à atividade agrícola.

É sabido que, além da não adaptação à atividade agrícola, o pós-guerra na Europa estava propício à volta dos *Deutschländer* ao país de origem, de onde muitos saíram na década de 1930, justamente pelo desemprego que afetava diretamente milhões de pessoas no período entre guerras, por não concordarem com a política instituída por Adolf Hitler ou ainda, por receio de um novo conflito bélico, como de fato ocorreu na década seguinte. Assim, eram atraídos ao Brasil por meio de propagandas ou até mesmo recrutados pelas companhias colonizadoras. É inegável afirmar que no período analisado, o momento europeu, especialmente o alemão, era outro.

Quanto à formação e ocupação do núcleo de Linha Presidente Becker, resta saber se o interesse maior da Volksverein estava em realmente atender um clamor da entidade *Raphaels-Verein* da Alemanha, ou se esse clamor de ajuda se transformou para os dirigentes e administradores da colonização Porto Novo numa oportunidade para

**“IMIGRANTES E COLONIZAÇÃO”: EXPANSÃO TERRITORIAL DA COLÔNIA
GUAPORÉ (RIO GRANDE DO SUL) PARA O OESTE CATARINENSE E
PARTICULARIDADES NA COLÔNIA PORTO NOVO**

MARINILSE MARINA BUSATO
LEANDRO MAYER

venda de lotes de terra para estes alemães “natos” – *Deuschländer*, que estavam em busca “de luz” diante do “céu escuro da depressão europeia”.

Considerações finais

Em linhas gerais, discorreremos sobre as colonizações italiana no Rio Grande do Sul e alemã no Oeste de Santa Catarina, trazendo à tona a imigração direcionada ou compulsória, tendo os imigrantes europeus transpassado o medo do além-mar, infiltrando-se nas colônias europeias no Rio Grande do Sul, a início cada qual buscando identidade nas colônias próprias de sua etnia, após expandindo-se para outros estados e passando a negociar e trabalhar com outros grupos, ainda, destacamos que obtiveram prestígio social e econômico, principalmente através das madeiras, articulando os interesses industriais a à política de cada período. Isso nos leva a crer que contrária a imagem do imigrante marcado pelo sofrimento, e contínua dificuldade econômica, mesmo após a colonização, encontramos determinados grupos que ultrapassaram as fronteiras da pobreza e tornaram-se figuras influentes na parte meridional do Brasil.

Como contraponto, apresentamos o caso dos imigrantes alemães na colônia Porto Novo no Oeste de Santa Catarina, onde podemos concluir que o projeto de colonização se diferenciava dos demais modelos de colonização da época, justamente por ter direcionado a venda de seus lotes a indivíduos que se enquadravam em um “perfil desejado”: ser católico e alemão. Além disso, chama atenção que, além da própria colônia apresentar características germanistas, a partir de 1931 ainda se formou em seu interior, outro núcleo – a Linha Presidente Becker – que recebeu exclusivamente imigrantes natos da Alemanha – *Deuschländer*. Portanto, constituiu-se uma célula alemã dentro da colônia, que por si só, já apresentava características distintas das verificadas em outros projetos de colonização. Diferente dos imigrantes italianos, os *Deuschländer* iniciaram um processo de retorno à pátria mãe a partir da década de 1950, consequência da não adaptação à atividade agrícola à qual se submeteram duas décadas antes.

Portanto, nosso estudo de caso, apresenta características peculiares no contexto dos grupos étnicos. Os italianos instalados inicialmente no Rio Grande do Sul, vieram da região italiana do Vêneto caracterizada como essencialmente agrícola, assim, a intenção era que esses imigrantes e seus descendentes exercessem principalmente ofício agrícola. Já os imigrantes alemães colonizadores de Porto Novo, em sua maioria vieram da Europa com ofícios urbanos, mas também tinham como objetivo o trabalho agrário no estado de Santa Catarina, mas percebe-se que ocorreu um ciclo inverso. Os imigrantes caracterizados como trabalhadores braçais e camponeses, tornaram-se imigrantes urbanos, passando pelo ciclo de camponeses, comerciantes, industrialistas e políticos, expandindo-se para região de Chapecó e arredores do oeste de Santa Catarina, enquanto que os imigrantes alemães que provinham de uma emigração urbana, não se adaptaram ao trabalho braçal e agrícola, e acabaram por optar pelo retorno a Europa.

Dessa forma, buscamos demonstrar como o assunto da emigração europeia para o Brasil, especialmente para parte sul do país, ainda é pouco abordada em assuntos como: imigração urbana, ofícios, redes de compadrios, economia, costumes e relações sociais, que associadas ao enfoque da micro-história italiana oportunizam interessantes

**“IMIGRANTES E COLONIZAÇÃO”: EXPANSÃO TERRITORIAL DA COLÔNIA
GUAPORÉ (RIO GRANDE DO SUL) PARA O OESTE CATARINENSE E
PARTICULARIDADES NA COLÔNIA PORTO NOVO**

MARINILSE MARINA BUSATO
LEANDRO MAYER

assuntos, pouco ou ainda não estudados pela historiografia brasileira, desde as motivações de saída da Europa até o seu possível retorno, ou ascensão socioeconômica no Brasil. De qualquer forma, através da análise minuciosa é possível desconstruir o estereótipo generalizador de pobreza e permanência dos imigrantes europeus no sul do país, e analisar além das motivações de saída da Europa, as causas do retorno.

Notas

^I Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo – UPF, Bolsista FAPERGS. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul.

^{II} Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo – UPF, bolsista UNIEDU/FUMDES de Santa Catarina.

^{III} BENEDUZI, Luís Fernando. **Os fios da nostalgia: perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário**. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2011.

^{IV} A França pós-revolucionária invadiu a cidade de Veneza em 1797, dividindo o território do norte da Península Itálica com o Império Austríaco, fazendo com que a população fosse dominada em determinados períodos por franceses, e em outros por austríacos, cada qual com sua crença e cultura, e conseqüentemente, mesmo os franceses com suas ideias revolucionárias de liberdade, igualdade e fraternidade, obrigavam a população do território Vêneto a seguir seus costumes. Esses conflitos franco-austríacos no território em questão, que iniciaram no ano de 1797, seguiram até o ano de 1815 (Congresso de Viena), quando o Império Habsburgo dominou a administração da região, até a unificação da Itália, representada por Vitório Emanuele II, chamado de “o pai da pátria”, oriundo da casa de Savóia, que instaurou a monarquia na então Península Unificada (BENEDUZI, 2011).

^V Cidade ou país fictício da América do Sul. Esse termo foi utilizado inicialmente no século XVI como referência a um local pródigo em riquezas e oportunidades.

^{VI} *Paese* não é apenas a vila, ou a localidade, mas um conjunto de relações afetivas, plena de significados imagéticos e relacionais, utilizados na Itália. (BENEDUZZI, 2011, p. 15).

^{VII} TEDESCO, João Carlos. **Um pequeno, grande mundo: a família italiana no meio rural**. Passo Fundo: EdiUPF, 2001, p. 39.

^{VIII} LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, V. 20. 2014.

^{IX} Os carreteiros tiveram um papel essencial para o funcionamento dessa dinâmica mercantil na Colônia de Guaporé. Poderiam ser autônomos ou empregados das casas de comércio e ocupavam importante função nessas redes de desenvolvimento econômico, pois eram eles que transportavam os produtos das casas comerciais com destino ao porto de Muçum.

^X SANTOS, João Vicente Tavares Dos. **Colonos do vinho. 1977**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977, p. 20.

^{XI} Guaporé, palavra de origem Guarani que significa “Vale Deserto” ou “Vale do Sertão”, foi constituída no ano de 1892, com territórios pertencentes aos municípios de Lajeado e Passo Fundo, tendo como diretor o engenheiro Montauray de Aguiar Leitão, que contava com o auxílio para demarcação e loteamento dos terrenos do também engenheiro Vespasiano Corrêa, empossado em 1º de janeiro de 1904 como Intendente do município, sendo seus sucessores: Lucano Conedera, Cel. Agilberto Atílio Maia, Manoel Francisco Guerreiro, Paulo Dutra, José Ponzi e Basílio Santos Loureiro. Em 21 de julho de 1933 Guaporé foi elevada à categoria de Comarca e em 31 de março de 1938, através do decreto nº 7199, foi elevada à categoria de cidade. A colonização da localidade foi iniciada pela divisão de seu território em 5.000 lotes com extensão de 250.000 a 300.000 m², ocupados principalmente por colonos provenientes das primeiras colônias cedidas para a ocupação de imigrantes italianos. Informações retiradas do *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul, 1950*.

^{XII} Informações retiradas da obra de TISSIANI, Ana Luiza. *Experiências, dificuldades e sonhos: a história de vida de Hermínio Tissiani*. 2000. Monografia (Especialização em História Regional) - Universidade do Oeste de Santa Catarina.

**“IMIGRANTES E COLONIZAÇÃO”: EXPANSÃO TERRITORIAL DA COLÔNIA
GUAPORÉ (RIO GRANDE DO SUL) PARA O OESTE CATARINENSE E
PARTICULARIDADES NA COLÔNIA PORTO NOVO**

MARINILSE MARINA BUSATO
LEANDRO MAYER

^{XIII}RADIN, José Carlos; SALINI, Ademir Miguel. **O Instituto Nacional do Pinho e a indústria madeireira no oeste catarinense**. Professare, Caçador, v. 4, n. 3., p. 29 e 42.

^{XIV}Instituto Nacional do Pinho

^{XV} CHITOLINA, 2008

^{XVI} Atualmente compreende o município de Itapiranga, que significa pedra vermelha em tupi.

^{XVII} WERLE, André Carlos. *Porto Novo: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina*. Curitiba: CRV, 2011, p.169.

^{XVIII} HEINEN, Luiz. *Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina- aspectos sócio-políticos, econômicos e religiosos*. Joaçaba: UNOESC, 1996.

^{XIX} EIDT, Paulino. **Porto Novo: da escola paroquial ao projeto de nucleação – uma identidade em crise**. Ijuí: Editora da Unijuí, 1999, p. 15.

^{XX} O termo *linhas* era empregado “para designar a unidade geográfico comunal. Essa designação remonta ao fato de as propriedades, as moradias e as benfeitorias complementares haverem-se arranjado ao longo das estradas que tomaram o lugar das trilhas precárias da primeira penetração na mata” (RAMBO, 2011, p. 16).

^{XXI} ROHDE, Maria W. **Espírito Pioneiro: a herança dos antepassados**. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011, p. 35.

^{XXII} MASKE, Wilson. **Brasil e Alemanha: Imigração e Imperialismo (1871-1918)**. História: debates e tendências, Passo Fundo, v. 14, n. 1, jan./jun. 2014, p. 190.

^{XXIII} ROHDE, Op.Cit, p. 167.

^{XXIV}NODARI, Eunice Sueli. **A dor do esquecimento: as marcas da ditadura Vargas no Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: História Oral, v. 12, n. 1-2, p. 157-176, jan.-dez. 2009, p. 54.

Referências Bibliográficas

ÁLBUM comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul, 1950. Porto Alegre: Revista do Globo S.A, 1950.

BENEDUZI, Luís Fernando. **Os fios da nostalgia: perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário**. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2011.

CHITOLINA, Valdirene. **Interfaces da colonização do oeste catarinense: a antiga fazenda Rodeio Bonito (1920-1954)**. Dissertação (mestrado em história). Universidade de Passo Fundo, 2008.

EIDT, Paulino. **Porto Novo: da escola paroquial ao projeto de nucleação – uma identidade em crise**. Ijuí: Editora da Unijuí, 1999.

HEINEN, Luiz. **Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina- aspectos sócio-políticos, econômicos e religiosos**. Joaçaba: UNOESC, 1996.

LEVI, Giovanni. **O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar**. Revista Tempo, 2014, V. 20. DOI: 10.5533/TEM-1980-542X-2014203606. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-20-20143606.pdf >. Acesso em: 20 mar. 2018.

MASKE, Wilson. **Brasil e Alemanha: Imigração e Imperialismo (1871-1918)**. História: debates e tendências, Passo Fundo, v. 14, n. 1, p. 182-192, jan./jun. 2014.

NODARI, Eunice Sueli. **A dor do esquecimento: as marcas da ditadura Vargas no Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: História Oral, v. 12, n. 1-2, p. 157-176, jan.-dez. 2009.

**“IMIGRANTES E COLONIZAÇÃO”: EXPANSÃO TERRITORIAL DA COLÔNIA
GUAPORÉ (RIO GRANDE DO SUL) PARA O OESTE CATARINENSE E
PARTICULARIDADES NA COLÔNIA PORTO NOVO**

MARINILSE MARINA BUSATO
LEANDRO MAYER

_____. **Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no oeste de Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 2009.

RADIN, José Carlos; SALINI, Ademir Miguel. **O Instituto Nacional do Pinho e a indústria madeireira no oeste catarinense.** Professare, Caçador, v. 4, n. 3, p. 21-46, 2015. Disponível em: <<http://periodicosuniarp.com.br/professare/article/view/824/403>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

RAMBO, Arthur Blásio. **Somando forças: o projeto social dos Jesuítas do sul do Brasil.** São Leopoldo: UNISINOS, 2011.

ROHDE, Maria W. **Espírito Pioneiro: a herança dos antepassados.** Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

SANTOS, João Vicente Tavares Dos. **Colonos do vinho. 1977.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

TEDESCO, João Carlos. **Um pequeno, grande mundo: a família italiana no meio rural.** Passo Fundo: EdiUPF, 2001.

TISSIANI, Ana Luiza. **Experiências, dificuldades e sonhos: a história de vida de Hermínio Tissiani.** Monografia (Especialização em História Regional) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2000.

WERLE, André Carlos. **Porto Novo: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina.** Curitiba: CRV, 2011.

Fontes primárias:

ARQUIVO histórico da paróquia São Pedro Canísio. Livro tombo da paróquia. Itapiranga/SC.

JORNAL Força d'Oeste. Edição 895.